



**SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 39, DE 2020**

Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras disposições.



SF/20565.62270-08

**SUBEMENDA SUPRESSIVA Á EMENDA DE PLENÁRIO – SUBSTITUTIVO  
DO RELATOR**

Suprima-se o inciso IX do art. 8º, assim redigido:

“**Art. 8º** Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

.....  
IX – contar esse tempo como de período aquisitivo necessário para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, promoções, progressões, incorporações, permanências e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço;  
.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

O art. 8º reintroduz no PLP em seu inciso IX proposta já considerada em outras proposições, mas que revela-se totalmente imprópria no debate das medidas de auxílio aos entes federativos.

Trata-se de condição imposta pelo Executivo para viabilizar o auxílio aos Estados e Municípios, e caracteriza verdadeira chantagem, e, sobretudo, no caso do inciso IX do art. 8º, inconstitucionalidade à luz do direito adquirido.

Ao proibir a contagem do tempo de serviço para afins de quaisquer vantagens, durante o prazo de vigência da calamidade pública, ela anarquiza as carreiras públicas, frustra o direito em fase de aquisição a promoções, progressões e

**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM



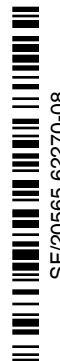
vantagens, e ainda rompe com a isonomia, pois prejudica o servidor em decorrência da data de sua investidura e da data em que consolida o direito.

Além disso, a lei complementar não pode impedir que haja tais efeitos, pois se trata de matérias reservadas à lei complementar.

Propostas com esse objetivo tem sido apresentadas ao Congresso, como as PECS 186 e 188/2019. Por que, então, de forma abrupta e autoritária, adotar tal regra, se não para abrir caminho para que sejam fixadas regras rígidas para a atuação do Estado, retirando direitos dos servidores, sobretudo com vistas a gerar condições de aumento da despesa com juros e encargos da dívida pública?

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM



SF/20565.62270-08